

**A Sustentabilidade do turismo de base comunitária na Reserva de
Desenvolvimento Sustentável Barra do Una, Peruíbe, São Paulo**

Laura Brandão Sader

São Vicente (SP)

2024

**A Sustentabilidade do turismo de base comunitária na RDS Barra do Una,
Peruíbe, São Paulo**

Laura Brandão Sader

Orientador: Davis Gruber Sansolo

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Banca
Examinadora para a obtenção
de grau em bacharel em
Ciências Biológicas com
habilitação em Biologia
Marinha.

São Vicente (SP)

2024

S125s Sader, Laura

 A Sustentabilidade do turismo de base comunitária na
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una,
Peruíbe, São Paulo / Laura Sader. -- São Vicente, 2024

 56 p.

 Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Biológicas)
- Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências,

 1. Turismo. 2. Comunidades tradicionais. 3. Unidades de
Conservação. I. Título.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao LAPLAN pelas oportunidades e pelo aprendizado que me proporcionou ao longo dessa jornada. O período em que estive envolvido foi essencial para o meu crescimento, tanto profissional quanto pessoal.

Agradeço especialmente ao Davis e à Larissa, que me auxiliaram em diversos momentos. Suas orientações e conversas foram fundamentais, tanto no campo quanto fora dele, e sem o apoio deles, minha pesquisa não teria sido possível. Sou grata pela colaboração e pelo suporte oferecido em todas as etapas do processo.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão à minha família e aos meus amigos, que estiveram ao meu lado durante todo esse processo, oferecendo apoio incondicional. Um agradecimento especial aos meus avós, que sempre me incentivaram e acreditaram em mim, sendo uma fonte constante de força e inspiração ao longo de toda essa trajetória.

Resumo

O turismo se consagra como uma importante atividade econômica. No entanto, não se deve reduzir o turismo a apenas uma atividade econômica, é também, uma prática social e cultural, uma vez que o turismo emerge em um contexto influenciado por diversas condições físicas, sociais, políticas e econômicas, ajustando-se às expectativas em constante evolução (BURGOS & MERTENS, 2015). Dentre as diversas práticas turísticas, tem-se o Turismo de Base Comunitária (TBC), uma alternativa que vai contra políticas hegemônicas de produção de espaço, ao tentar conciliar o desenvolvimento local e a conservação ambiental, enquanto responde às demandas dos turistas.

Essa prática que surgiu a partir da perspectiva da própria comunidade é uma forma de turismo que pode contribuir com o desenvolvimento local sustentável (BURGOS & MERTENS, 2015). O TBC é uma possibilidade de renda dentro de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como é o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una (RDSBU), tendo em vista que esta tem como objetivo conservar o meio ambiente, ao mesmo tempo que garante às populações tradicionais que residem dentro de seus limites, condições e meios necessários para preservar a qualidade de vida e exploração sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Por isso, o presente estudo procurou responder se o TBC na Barra do Una pode ser considerado uma atividade sustentável, sobretudo em função da Unidade de Conservação ser uma RDS. “Foi utilizada” a análise de conteúdos (BARDIN, 1977) de dados qualitativos, os quais foram obtidos por meio de interpretações das falas de moradores, lideranças, bem como rodas de conversas, as quais contaram com a presença da gestora da RDSBU. Em um universo de 150 moradores, foram entrevistados 25. Além das entrevistas e rodas de conversa, a obtenção de dados foi feita por meio da análise de fontes secundárias obtidas por revisão bibliográfica de trabalhos científicos e documentos disponibilizados pela gestora da RDS.

O estudo evidenciou que o conjunto de características da RDS Barra do Una a torna um destino altamente promissor, com imenso potencial para o desenvolvimento sustentável, em que o TBC pode ser visto como uma alternativa sustentável em sua essência, especialmente pelo resgate da cultura caiçara, sua forma de organização e a relação estabelecida com o meio ambiente.

No entanto, a ausência do Estado em fornecer a infraestrutura básica necessária para a comunidade, somada à escassez de investimentos no setor turístico e à falta de coesão social, resultante de uma comunidade fragmentada e marcada por conflitos internos, tem se mostrado como fatores insustentáveis a longo prazo. Esse cenário foi evidenciado pela falta de perspectivas futuras para a comunidade, bem como pelo alto índice de emigração de moradores em busca de melhores condições de vida.

Portanto, embora o TBC se constituiu como uma alternativa sustentável, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Abstract

Tourism has established itself as an important economic activity. However, tourism should not be reduced to merely an economic activity; it is also a social and cultural practice, as tourism emerges in a context influenced by various physical, social, political, and economic conditions, adjusting to ever-evolving expectations (BURGOS & MERTENS, 2015). Among the various tourism practices, there is Community-Based Tourism (TBC), an alternative that challenges hegemonic spatial production policies by attempting to reconcile local development and environmental conservation, while addressing the demands of tourists. This practice emerged from the perspective of the community itself (BURGOS & MERTENS, 2015). Thus, it is a form of tourism that can contribute to sustainable local development.

As a potential source of income within Sustainable Use Conservation Units, such as the RDSBU, this is particularly relevant as its goal is to conserve the environment while providing traditional populations residing within its boundaries with the necessary conditions and means to preserve their quality of life and sustainably exploit natural resources (BRAZIL, 2000).

Therefore, the present study aimed to determine whether TBC in Barra do Una can be considered a sustainable activity, especially considering that the Conservation Unit is an RDS. This was done through content analysis (BARDIN, 1977) of qualitative and quantitative data, which were obtained through the interpretation of interviews with residents, leaders, and discussion groups that included the park manager. Out of 150 residents, 25 were interviewed. In addition to the interviews and discussion groups, data was collected through the analysis of secondary sources, obtained via a bibliographic review, and documents provided by the RDS manager, which will be described below.

The study highlighted that the set of characteristics of Vila Barra do Una makes it a highly promising destination with immense potential for sustainable development, where TBC can be seen as an inherently sustainable alternative, especially through the preservation of the caiçara culture, its organizational form, and the relationship established with the environment.

However, the absence of the State in providing the basic infrastructure necessary for the community, coupled with the lack of investments in the tourism sector and the lack of social cohesion resulting from a fragmented community marked by internal conflicts, has proven to be unsustainable factors in the long term. This scenario was evident due to the lack of future perspectives for the community, as well as the high migration rate of residents seeking better living conditions.

Therefore, although TBC represents a sustainable alternative, there is still a long way to go.

Lista de siglas

APA – Área de Proteção Ambiental

DLS – Desenvolvimento Local Sustentável

EEJI – Estação Ecológica Juréia-Itatins

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RDSBU – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una

TBC – Turismo de Base Comunitária

UC – Unidade de Conservação

PE – Parque Estadual

RVS – Refúgio de Vida Silvestre

1. Introdução

O turismo se consagra como uma importante atividade econômica, tanto globalmente quanto para as localidades, representando um importante fator no processo de acumulação de capital, sendo uma essencial fonte de renda e emprego (PAIVA, 2012). Em 2022, o setor faturou cerca de R\$ 727 bilhões no Brasil, e gerou 7,6 milhões de empregos (MACIEL, 2023).

No entanto, não se deve reduzir o turismo a apenas uma atividade econômica, é também, uma prática social e cultural. Os espaços relacionados às atividades turísticas não são apenas moldados pelo Estado, mercado e turistas, mas também pelas sociedades que residem nesses locais. Portanto, podemos considerá-los como "bens construídos", uma vez que o turismo emerge em um contexto influenciado por diversas condições físicas, sociais, políticas e econômicas, ajustando-se às expectativas em constante evolução (BURGOS & MERTENS, 2015).

Ademais, entende-se que o turismo possa contribuir para melhoria da qualidade de vida das pessoas, apoiar a proteção ambiental e defender o patrimônio cultural (IOCCA & FIDÉLIS, 2020). Portanto, é importante que:

“A abordagem do turismo não se limite estritamente ao econômico, sendo necessário analisá-lo, sob a ótica da sustentabilidade, como um fenômeno complexo, detentor de outras dimensões - sociais, ambientais e culturais - permeadas de relações e no qual se produzem numerosos impactos inerentes à sua própria implementação, que deverão ser tratados de modo sistêmico” (BURGOS & MERTENS, p. 60, 2015)

Considerando a importância do setor, é fundamental que os impactos negativos sejam reduzidos, preservando sua eficiência. Por isso, a relevância do turismo sustentável, ou seja, aquele que é:

“Ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a

fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas” (OMT, 1995).

O Plano Nacional de Turismo (2018-2022) destaca a importância do turismo estar alinhado à Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, tendo como uma de suas diretrizes a promoção da sustentabilidade em todos os seus eixos:

- Ambiental, ao garantir compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção de processos ecológicos;
- Social, ao preservar a cultura local e os valores morais da população, fortalecendo a identidade da comunidade e contribuindo para seu desenvolvimento;
- Econômica, ao assegurar a equidade na distribuição dos benefícios vindos do turismo e gerar recursos que sejam capazes de sustentar as futuras gerações;
- Político-institucional, ao garantir a consistência dos acordos e compromissos estipulados entre os agentes, agências governamentais e atores da sociedade civil.

Dentre as diversas práticas turísticas, tem-se o Turismo de Base Comunitária (TBC), uma alternativa que vai contra políticas hegemônicas de produção de espaço, ao tentar conciliar o desenvolvimento local e a conservação ambiental, enquanto responde às demandas dos turistas. Essa, prática surgiu a partir da perspectiva da própria comunidade (BURGOS & MERTENS, 2015). um dos objetivos do TBC é reconhecer a cultura das comunidades tradicionais e a conservação da natureza (ALMEIDA & EMMENDOERFER, 2023; ICMBIO, 2018; MALDONADO, 2009).

No Brasil, um exemplo de comunidades tradicionais são os povos que possuem um patrimônio histórico-cultural próprio constituído por todo saber compartilhado por uma população, ou seja, seu idioma, história, mitologia, crenças religiosas, visão de mundo, valores, padrões de comportamento, meio de subsistência, modos de organização social, econômico, político e religioso (MCGOODWIN, 2002; NOGARA, 2005; BRASIL, 2007).

Assim, o TBC vem, também, como um sistema de gestão da visitação, caracterizada pelo protagonismo social, através da mobilização de recursos próprios e a valorização do patrimônio comum, gerando benefícios coletivos.

Segundo Sansolo e Bursztyn (2009):

“Enquanto o turismo convencional produz espaços segregados para o turista e para os moradores, o turismo de base comunitária disponibiliza seu lugar, espaços vividos, como espaços de encontro, de convivencialidade”

Desta forma, um dos diferenciais do TBC é sua dimensão humana e cultural, que viabiliza o encontro intercultural. Os visitantes têm a oportunidade de compartilhar a visão holística em que homem e natureza são complementares, ao passo que as comunidades assumem um papel ativo no planejamento e gestão das atividades (MALDONADO, 2009).

Por ter como princípio a economia solidária, o TBC conta com práticas democráticas de trabalho e a distribuição igualitária da renda gerada pela atividade, de forma que não existe uma relação hierárquica e de submissão econômica entre os membros (BURGOS & MERTENS, 2015; ALMEIDA & EMMENDOERFER, 2023). Também é considerado uma prática mais inclusiva com grupos socialmente invisíveis, isso porque se baseia em experiências reais e autênticas da própria comunidade, logo, não é necessário grandes aportes financeiros (GONZÁLEZ et al., 2020; MOHENO et al., 2021)

Assim, o TBC é uma forma de turismo que pode contribuir com o desenvolvimento local sustentável (fig. 1) e se contrapõe ao turismo convencional, o qual tem como objetivo maior o lucro, voltado a atender as necessidades do mercado, desencadeando as desigualdades sociais, e ameaçando o equilíbrio ambiental (ALMEIDA & EMMENDOERFER, 2023). Por exemplo, grandes projetos hoteleiros são responsáveis pelo aumento da especulação imobiliária e privatização de locais que deveriam ser públicos (como praias), ou pela supervalorização de áreas, o que dificulta o acesso e a permanência de pessoas de baixa renda (ALMEIDA & EMMENDOERFER, 2023; CORIOLANO, 2009; LEITE, 2007).



Fig. 1 – Contribuições do TBC para o DLS (fonte: CHAGAS & EMMENDOERFER, 2023)

Entretanto, o turismo pode trazer impactos negativos, por interferir com a dinâmica local. As pressões da globalização expõem a comunidade à riscos, como perda da identidade cultural e tensões internas, causadas por divergências de percepções, atitudes e interesses dos moradores. Situações que podem ser agravadas pelo fato de que o TBC, por operar de forma local, é mais vulnerável a exclusão das instituições governamentais e discriminação do acesso a recursos de produção, mercados, e demais auxílios oferecidos a estratos empresariais (MALDONADO, 2009; BURGOS & MERTENS, 2015).

Além dessas problemáticas, tem-se o déficit na educação, na formação profissional, serviços básicos de saúde e infra-estrutura. Isto leva a uma grande

instabilidade e competitividade debilitada. Uma gestão deficiente expõe-se a criação de conflitos internos, aceleração da aculturação dos jovens e enfraquecimento da coesão social (MALDONADO, 2009; BURGOS & MERTENS, 2015).

Além disto, um outro obstáculo enfrentado por comunidades tradicionais é a criação de Unidades de Conservação (UCs) sobrepondo-se a seus territórios. Apesar do patrimônio histórico-cultural de uma comunidade estar intrinsicamente ligado ao seu território, as áreas protegidas adotam um modelo preservacionista, cujo objetivo é a conservação do patrimônio natural (diversidade biológica, uso do solo, serviços ecossistêmicos, recursos naturais, etc), ignorando o território tradicional, o que gera conflitos socioambientais (ANDRIOLLI, et al., 2023).

Por isso, é importante utilizar uma abordagem mais conservacionista, a qual considera o homem como parte da natureza. Coordenando, assim, os diversos interesses relacionados a preservação da biodiversidade, incluindo todas as perspectivas dos atores socioambientais envolvidos (ANDRIOLLI, et al., 2023).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), as Unidades de Conservação são classificadas em dois grandes grupos: as de Proteção Integral, que tem como objetivo a preservação da natureza, restringindo a intervenção humana, permitindo apenas atividades como a pesquisa científica e a educação ambiental; e as de Uso Sustentável, que permitem o uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais, conciliando a conservação com o desenvolvimento sustentável. Dentre as UCs de uso sustentável, destaca-se a categoria das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), como é o caso da RDS Barra do Una (BRASIL, 2000).

1.1. Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una

A Mata Atlântica é um dos ecossistemas com maior biodiversidade no mundo, entretanto, é também um dos mais afetados pela antropização, sendo considerado um dos 25 *hotspots* mundiais (MMA, 2002).

Isso se dá pelo longo histórico de desmatamento, que se iniciou durante o período da colonização, no séc. XVI. O processo se intensificou no séc. XX, devido ao alto e concentrado crescimento populacional, que resultou em um

crescimento da urbanização e a um aumento das áreas destinadas à agricultura, pecuária e indústria madeireira, na região leste brasileira. Sendo uma região com alto índice populacional até os dias de hoje (SANTOS et al., 2020), torna-se importante a preservação de remanescentes do bioma

Um dos maiores trechos de Mata Atlântica conservada se localiza no litoral sul de São Paulo, na região de Peruíbe e Iguape, local onde também é possível encontrar outros ecossistemas ameaçados, sendo eles: manguezais e restingas. Por conta da riqueza ambiental e da ameaça apresentada pela proposta de construção de usinas atômicas, foi criado o Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins. Todavia, sua origem foi marcada por diversos conflitos devido a sobreposição de territórios com comunidades tradicionais (CHAMPAGNAT, 2017; FERREIRA, 2015).

A Jureia é uma área que apresenta evidência de ocupação datando 8000 anos atrás. Segundo Ferreira (2015) e Sanches (2004), no final do séc. XIX, a comunidade vivia um período em que não havia leis ambientais, no qual a atividade principal de subsistência da região era o cultivo do arroz, feijão e mandioca, e o extrativismo da caxeta e palmito. Contudo, a aceleração do processo de urbanização no estado fez com que a região passasse a ser alvo de projetos para a construção de empreendimentos turísticos de luxo (FERREIRA, 2015).

Porém, esses projetos foram interrompidos no final dos anos 70, durante a ditadura militar, após o presidente João Figueiredo assinar um decreto federal (84.771/80), cuja intenção era a construção de duas usinas nucleares na região (FERREIRA, 2015).

No entanto, devido à movimentos ambientalistas contrários a instalação das usinas, em 1986 foi estabelecida a Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), por meio do decreto no 24.664/1986. E em 1987, foi assinada a Lei Estadual 5.648/1987, que possibilitou a consolidação da EEJI (CHAMPAGNAT, 2017; FERREIRA, 2015).

Sendo criada sob influência de uma lógica preservacionista, a UC desconsiderava o território das comunidades pré-existentes, o qual contava com cerca de 500 famílias, negligenciando seu modo de vida e sua cultura ao proibir muitas das atividades de subsistência (CHAMPAGNAT, 2017).

Durante 26 anos, foi muito discutida a implementação e a recategorização de Unidades de Conservação na região, devido aos conflitos entre o governo, as comunidades e ambientalistas. Os conflitos judiciais ao decorrer do tempo permitiu a construção de casas de veraneio na região (CHAMPAGNAT, 2017).

Porém, a fim de resolver os conflitos socioculturais e ambientais, incluir as comunidades tradicionais e conservar o meio ambiente, em 2013 foi aprovada a Lei Estadual 14.982/2013, responsável pela criação do Mosaico de UC Jureia-Itatins (fig. 2) (CHAMPAGNAT, 2017).

Atualmente, o mosaico é composto por 3 zonas completas de proteção, sendo elas 2 Parques Estaduais (PE), do Itinguçu e Prelado; 1 Estação Ecológica, da Jureia-Itatins; 1 Refúgio de Vida Silvestre (RVS) na Ilha de Abrigo e Guararitama; e 2 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Barra do Una e Despraído (CHAMPAGNAT, 2017).

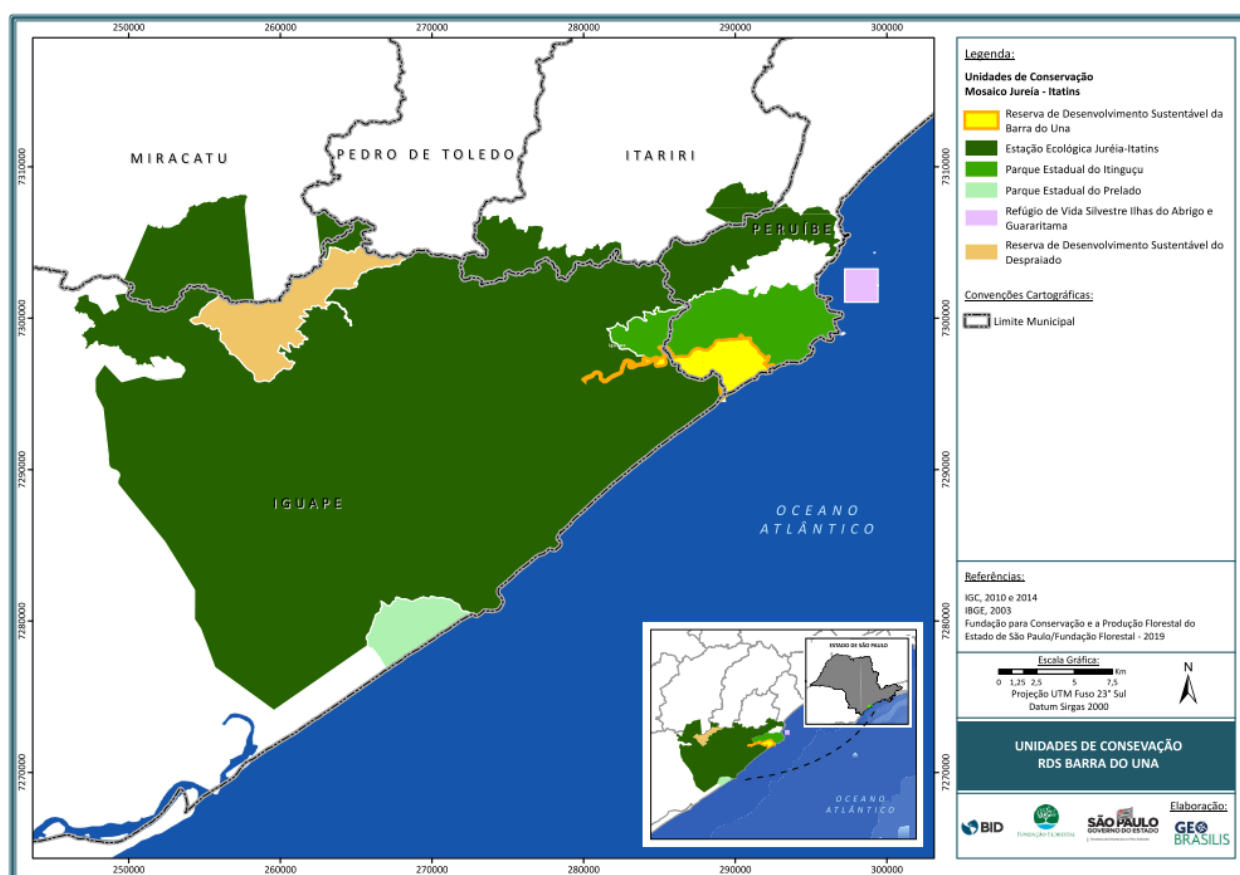


Fig. 2 – Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (fonte: SMA, 2013)

Uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo conservar o meio ambiente, ao mesmo tempo que garante às populações

tradicionais que residem dentro de seus limites, condições e meios necessários para preservar a qualidade de vida e exploração sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000). Por meio da criação da criação da RDS Barra do Una, garantiu-se a permanência, e alguns dos direitos, da comunidade caiçara de Vila Barra do Una, localizada a 25 km do município de Peruíbe, sendo as únicas vias de acesso a estrada do Una e de barco.

Apesar da recategorização da Unidade de Conservação, houve uma diminuição do número de famílias tradicionais, em decorrências da migração. Em 2013, a RDSBU era constituída por 49 famílias, formando uma população de 143 indivíduos residentes e 87 famílias não residentes (veranistas) (SMA, 2013). Os moradores possuem forte vínculo de parentesco entre si e com outras comunidades na região da Jureia (SÃO PAULO, 2009). As principais atividades econômicas desenvolvidas nos últimos anos estão vinculadas à pesca e ao turismo (MARTINS, 2021).

O foco deste trabalho é sobre a forma de turismo desenvolvido pela comunidade tradicional da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una. Questiona-se, portanto, se o TBC na Barra do Una, pode ser considerado uma atividade sustentável, sobretudo em função da Unidade de Conservação ser uma RDS.

2. Objetivos

Analisar a sustentabilidade do turismo de Base Comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una, Peruíbe, São Paulo.

2.1. Objetivo específico

2.1.1. Descrever o turismo convencional.

2.1.2. Caracterizar a dinâmica e práticas do Turismo de Base Comunitária

2.1.3. Identificar potenciais conflitos do Turismo de Base Comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una.

3. Metodologia

A pesquisa tem como base a análise de conteúdos (BARDIN, 1977) de dados qualiquantitativos. Para isso, foram desenvolvidas interpretações das falas de moradores, lideranças, bem como rodas de conversas, as quais contaram com a presença da gestora da RDSBU. Em um universo de 150

moradores, foram entrevistados 25. Além das entrevistas e rodas de conversa, a obtenção de dados foi feita por meio da análise de fontes secundárias obtidas por revisão bibliográfica de trabalhos científicos e documentos disponibilizados pela gestora da RDS, os quais serão descritos abaixo.

Para tanto, o presente estudo foi protocolado na Plataforma Brasil, sob o número de protocolo: 000000009965 / 2023.

3.1. Coleta de dados

Para coleta de dados secundários, em um primeiro momento buscou-se reunir o conhecimento do estado da arte do turismo na RDS Barra do Una. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica integrativa da literatura. Esse método possibilita a síntese rigorosa da literatura empírica e teórica existente, proporcionando uma compreensão mais aprofundada sobre o assunto abordado, o que contribui para a redução da margem de erro (BOTELHO et al., 2011)

Seguindo o processo de revisão integrativa, primeiramente ocorre a identificação do tema e formulação da pergunta de pesquisa, ou seja, é definida a problemática que será estudada, bem como a questão a ser respondida pelo estudo. Isto permite a escolha de descritores adequados na busca em diferentes plataformas (BOTELHO et al., 2011).

Para a revisão bibliográfica, a pergunta que buscamos responder foi: “qual o estado da arte do turismo, tanto convencional quanto de base comunitária, ofertado na RDS Barra do Una?”.

Para o levantamento bibliográfico foram utilizadas as plataformas “Google Scholar” e “Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)”. Os descritores aplicados na pesquisa foram: “turismo”, “reserva de desenvolvimento sustentável da Barra do Una” e “turismo de base comunitária”.

Como critérios de inclusão foram estabelecidos: artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, sendo eles disponíveis em plataformas digitais na íntegra, na língua portuguesa, espanhola e inglesa. Estudos que não responderam à pergunta de análise, pesquisas em formato de apostila, cartas editoriais e trabalhos duplicados foram excluídos.

Foi realizada uma leitura exploratória dos títulos e resumos dos resultados obtidos através da busca, com o objetivo de avaliar a relevância das pesquisas

para o presente projeto. Para os trabalhos escolhidos, foi conduzida uma análise mais aprofundada. Esses foram então categorizados segundo título, autor, data de publicação e a base de dados em que estavam indexados.

Além da revisão, foram coletados dados em arquivos disponibilizados pela gestora da RDS, dentre eles o “Plano de Uso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una”, o número de visitas anuais, a Portaria 076/2009 que listou o rol de ocupantes tradicionais do Mosaico Juréia Itatins, bem como uma pesquisa feita pela equipe técnica da Fundação Florestal (FF), em 2012, que descreve o perfil dos turistas na Unidade.

3.1.1. Coleta de dados em campo

Inicialmente, foi feito um contato com as responsáveis pela organização do TBC, ou seja, do receptivo comunitário da Barra do Una, e com a gestora da RDSBU. Essa abordagem preliminar permitiu que nos fosse previamente explicada a estrutura do sistema de turismo de base comunitário, por meio de uma entrevista remota com a líder do receptivo.

Foi realizado dois trabalhos de campo até a RDS Barra do Una, o que possibilitou vivenciar o funcionamento do turismo de base comunitária na prática, observando-se a organização do local e a realidade dos residentes, analisando-se suas características, comportamentos e interações, tanto entre si quanto com pessoas externas, além de possibilitar o registro de dados relevantes para a compreensão do tema em questão.

O primeiro trabalho de campo, executado em maio de 2024, teve duração de três dias. Nossa estadia foi em uma pousada e nossas refeições em restaurantes da comunidade tradicional (organizados pelos responsáveis do TBC), o que possibilitou a análise dos serviços oferecidos, além de nos proporcionar a oportunidade de conversarmos informalmente com uma pessoa que depende do turismo na região.

Nessa etapa, para apresentarmos a equipe para a comunidade, foi realizada uma roda de conversa com os membros do turismo de base comunitária, abordando questões sobre a percepção deles acerca do meio ambiente, do turismo e sua relação com a Fundação Florestal. Isto proporcionou a criação de um espaço para o estabelecimento de confiança e também o primeiro contato direto com a realidade local, seus conflitos internos e externos,

dificuldades e características. A participação da gestora nos viabilizou observar seu ponto de vista e da FF, além da sua relação com a comunidade.

Então , foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, formato que oferece mais liberdade aos entrevistados, permitindo que forneçam respostas mais detalhadas e favorecendo um maior espaço para o diálogo (SAUNDERS et al., 2007).

Para delimitar os entrevistados, foi utilizado o método bola-de-neve (GOODMAN, 1961), que permite a seleção de diferentes atores para entrevistas por meio de indicação, começando pelos líderes da organização do TBC na comunidade, e aqueles que participaram da roda de conversa. Os moradores selecionados deveriam ter mais de 18 anos e terem como forma de renda principal ou secundária atividades relacionadas ao turismo na região. Ao final, foram totalizadas 11 entrevistas. Em todos os casos fomos recebidos em suas respectivas residências.

O segundo trabalho de campo, realizado em outubro de 2024, também foi organizado com auxílio dos coordenadores do turismo de base comunitária. Nossa hospedagem se deu em uma das propriedades destinadas ao aluguel para turistas, enquanto as refeições ocorreram em um restaurante que pertence aos TBC, permitindo a observação de outros serviços de turismo ofertados.

Desta vez, os entrevistados foram selecionados de maneira progressiva, conforme o percurso realizado, com o auxílio de um mapa que indicava os locais ainda não visitados e aqueles já abordados. O contato foi feito diretamente nos estabelecimentos e locais relacionados ao turismo (campings, restaurantes, bares e casas de veranistas) por meio de visitas pessoais aos respectivos endereços. Assim, obtivemos mais 14 entrevistas.

Para as entrevistas, foram elaborados dois roteiros de entrevistas (apêndices 1 e 2). O primeiro foi utilizado na primeira saída de campo; no entanto, após o primeiro contato com a realidade dos residentes, foram observadas situações previamente desconhecidas que se mostraram relevantes para o contexto da pesquisa.

Além disso, notou-se certa dificuldade e/ou desconforto em relação a perguntas relacionadas a renda. Em razão disso, tornou-se necessário ajustar determinadas questões e incluir outras, resultando na elaboração de um novo roteiro para a segunda saída de campo. No entanto, não ocorreram mudanças

significativas. As perguntas acrescentadas já estavam sendo abordadas no primeiro roteiro, uma vez que tratavam de assuntos mencionados pelos próprios entrevistados durante as entrevistas.

A elaboração do roteiro foi feita com base no trabalho de Maldonado (2006), levando em consideração que na análise da sustentabilidade ainda não existe um consenso sobre quais indicadores se utilizar, nem como aplicá-los, especialmente por conta da particularidade de cada lugar (RASOOLIMANESH et. al, 2023). Apesar disso, existe uma concordância que para se atingir a sustentabilidade é necessário um balanço entre as necessidades econômicas, ambientais e sociais de todos os atores envolvidos (RASOOLIMANESH et. al, 2023). Sendo assim, foi considerado os impactos do turismo sobre as comunidades tradicionais nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental, abordados pelo autor Maldonado (2006), os quais foram adaptados para a realidade vivida pela comunidade na RDS Barra do Una.

O guia de entrevista (apêndice 1 e 2) foi estruturado em quatro partes, cada uma abordando tópicos essenciais para o alcance dos objetivos da pesquisa. A primeira parte focava no perfil do morador, proporcionando uma compreensão da situação social e econômica do entrevistado. A segunda parte visava coletar informações sobre a infraestrutura dos empreendimentos, a fim de nos oferecer informações acerca das dificuldades enfrentadas neste âmbito.

Já a terceira parte tinha como objetivo caracterizar os serviços turísticos oferecidos, explorando sua organização e buscando entender a dimensão cultural, social e econômica dessa atividade, além de examinar as perspectivas futuras. Por fim, a quarta parte abordava a percepção ambiental do entrevistado, com o intuito de compreender sua relação com o meio ambiente, a Fundação Florestal e as dificuldades enfrentadas. Ao fim do trabalho de campo, foram obtidas no total 25 entrevistas, dentre uma população de 150 pessoas, as quais foram transcritas.

Além das entrevistas, houve a oportunidade de participar de duas reuniões do Conselho Consultivo da UC como ouvintes. Uma de forma remota no dia 14/08/2024 e uma presencial no dia 23/10/2024, durante nosso segundo campo.

3.2. Análise de conteúdo

Para a análise de conteúdo do material obtido nas entrevistas, foi utilizado o software NVivo em conjunto com o Excel, o qual permitiu a codificação e categorização das mesmas.

Inicialmente, as entrevistas foram classificadas de acordo com características quantitativas, ou seja, aquelas que continham respostas objetivas. Os atributos definidos para essa classificação foram: idade, se o entrevistado era morador tradicional ou não, escolaridade, profissão, renda principal, necessidade de complementar a renda, se a pessoa participava de reuniões referentes ao turismo, e se ela já participou de eventos de capacitação voltados para o turismo.

O conteúdo mais subjetivo das entrevistas foi codificado pelo software NVivo e organizado em 14 categorias, conforme o tema abordado (ver quadro 1). O código “turismo” foi subdividido em dois, a fim de distinguir o turismo convencional (17 menções) do turismo de base comunitária (58 menções). Da mesma forma, o código “renda” foi desmembrado para diferenciar a renda principal (9 menções) da complementar (23 menções).

Além disso, foram utilizados alguns dos relatos colhidos para contextualização de temas na discussão.

Códigos	Menções
Críticas ao TBC	4
Cultura	39
Dificuldades do turismo	121
Educação ambiental	11
Dificuldades do turismo	47
Perspectiva de futuro	44
Mão de obra	17
Cursos de turismo	2
Período de trabalho	16
Renda	51
Reuniões	50
Sugestões	50
Turismo	93
Veranistas	43

4. Resultados

4.1. Revisão bibliográfica

Cerca de 69 documentos responderam aos descritores utilizados (BDBT – 2, Scholar Google – 67). Entretanto, após os fatores de exclusão e inclusão restaram 3 estudos, apontados no quadro 2.

Título	Autor	Ano	Revista
A (re)existência da pesca artesanal costeira e a comunidade tradicional caiçara na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una (Peruíbe, SP): uma abordagem etno-oceanográfica para detalhar interações.	Mariana Santos Lobato Martins	2021	Dissertação
Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP)	Paulo Tácio Aires Ferreira	2015	Dissertação
Potencial Do Turismo De Base Comunitária Na Comunidade Da Barra Do Una, Peruíbe/Sp	Mariana Clauzet, Milena Ramires, Alsson Dopona, Paula Chamy	2015	Artigo

Quadro 2 – Resultado pós aplicação dos critérios de inclusão e exclusão

Conforme o quadro, podemos observar que 66% dos documentos encontrados fazem parte do chamado literatura cinza, ou seja, se trata de uma bibliografia de difícil acesso. Ao contrário da literatura convencional, que possui maior distribuição e visibilidade, como por exemplo, os artigos científicos, que corresponderam a 34% dos documentos encontrados (BOTELHO & OLIVEIRA, 2015; LAUFER, 2007).

Dentre os resultados obtidos, Clauzet e colegas (2015), Martins (2021) e Ferreira (2015) ofereceram informações valiosas sobre as características da comunidade, principalmente sobre o perfil socioeconômico dos residentes, dos serviços de turismo oferecidos e uma breve contextualização dos conflitos

existentes. Ambos também abordam a relevância do turismo para a comunidade, pois os estudos realizados pelos autores revelou que a grande maioria das famílias tem alguma forma de renda relacionada ao setor.

Ferreira (2015) traz um relato sobre as potencialidades do TBC, dado a época em que o estudo foi feito, o turismo de base comunitária estava no início de sua formação, assim, suas percepções foram relevantes para o estudo.

O autor também já demonstrava, desde aquele período, o conflito relacionado aos veranistas, revelando já existir uma divisão entre tradicionais e ocupantes.

Ferreira (2015) também aborda a extinção de manifestações culturais em nível local devido a instituição do mosaico de Unidades de Conservação, como o mutirão, evento relacionado a prática tradicional da roça, a qual foi proibida na região, após a implantação da EEJI. O autor também faz referência ao preconceito sofrido pela cultura caiçara, o que fez com que alguns integrantes parassem de se reconhecer como tais.

Foram destacadas as dificuldades sofridas pelas populações tradicionais costeiras, dentre elas: falta de serviços básicos, como transporte e comunicação (FERREIRA, 2015). Com relação a RDS Barra do Una, o autor destaca a ausência do Estado, não atendendo as necessidades mais básicas da população como saúde, saneamento, transporte e comunicação, apesar de ser um estudo relativamente antigo, tais constatações também foram observadas por Martins (2021) e pela nossa equipe. O autor relaciona a diminuição do turismo na região a tais problemáticas.

Ferreira (2015) também traz um levantamento das possíveis melhorias a serem feitas na comunidade para um maior desenvolvimento do turismo.

4.2. Entrevistas

A amostra de entrevistados foi composta por 25 participantes, com média de 49 anos, sendo o mais novo de 27 anos e o mais velho de 78 anos (no gráfico 1 é possível observar a frequência das idades).

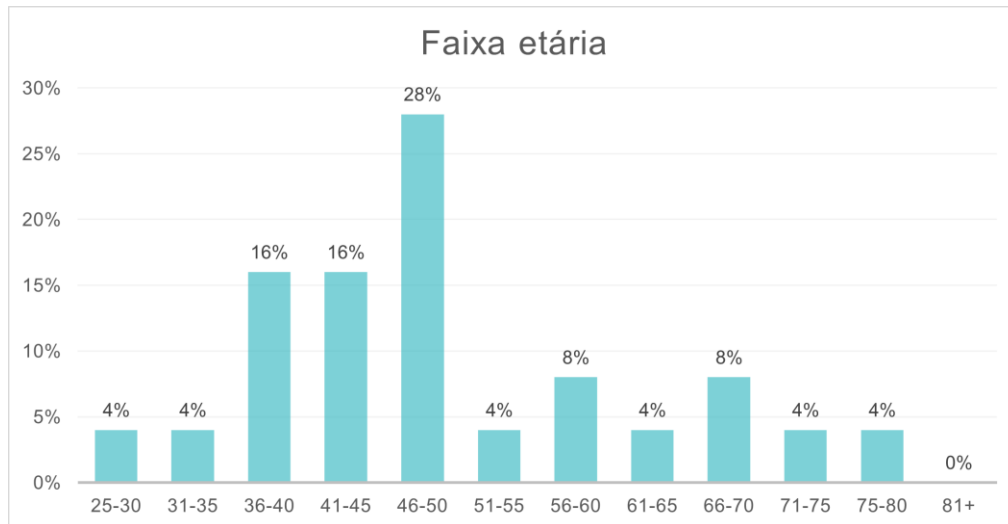


Gráfico 1 – Faixa etária dos entrevistados (autoria própria, 2024)

Dos entrevistados, 76% eram moradores tradicionais, 16% se auto reconheciam como tradicional, porém não nasceram na região, mas se casaram com um tradicional, e 8% não era tradicional (gráfico 2).

A maioria dos entrevistados possuía ensino fundamental incompleto (36%) ou superior completo (32%) (gráfico 3).

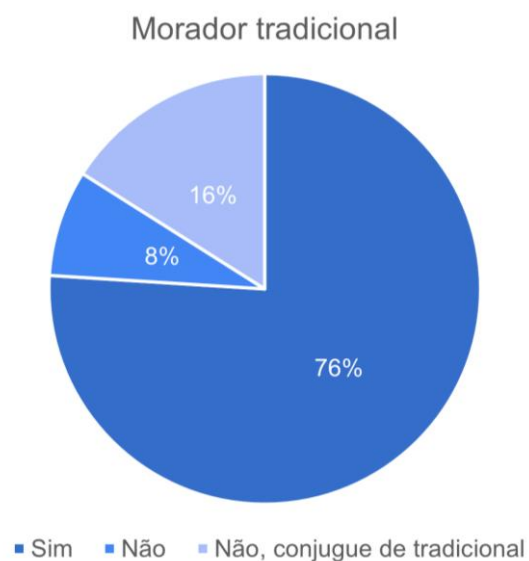


Gráfico 2 – moradores tradicionais (autoria própria, 2024)



Gráfico 3 – escolaridade (autoria própria, 2024)

Dentre as profissões citadas, 32% eram pescadores e 20% aposentados da pesca (gráfico 4).

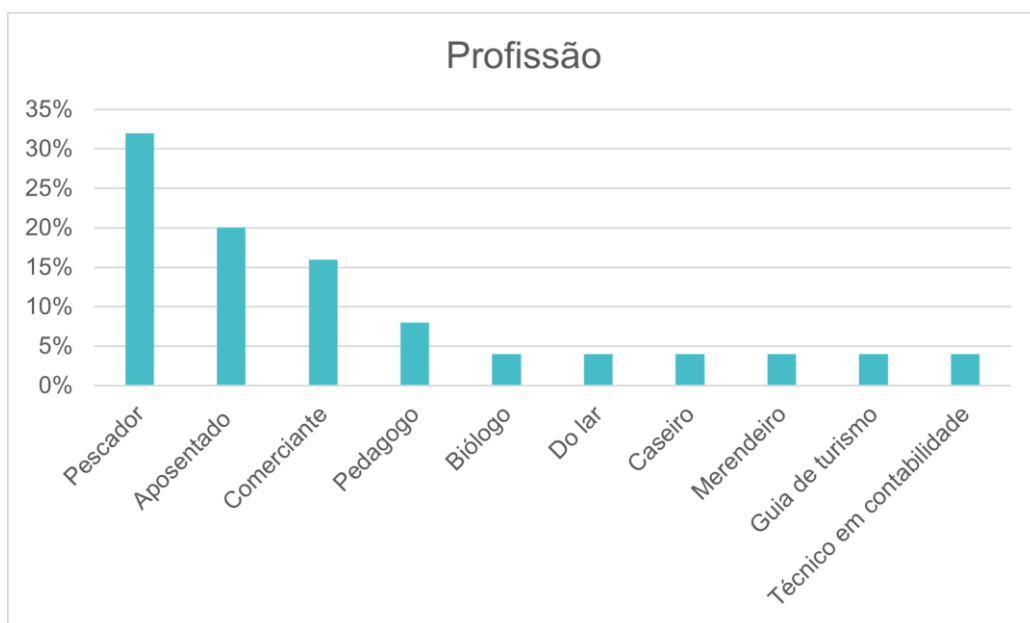


Gráfico 4 – profissões (autoria própria, 2024)

No entanto, a grande maioria dos entrevistados tinha sua principal fonte de renda vinculada ao setor de turismo (68%) (gráfico 5) e todos os que precisavam complementar seus ganhos (96%) o faziam por meio de atividades relacionadas a esse segmento. Apesar disso, apenas 56% havia participado de

cursos e oficinas voltados para o setor e nenhum deles recebia auxílio financeiro relacionado ao turismo.

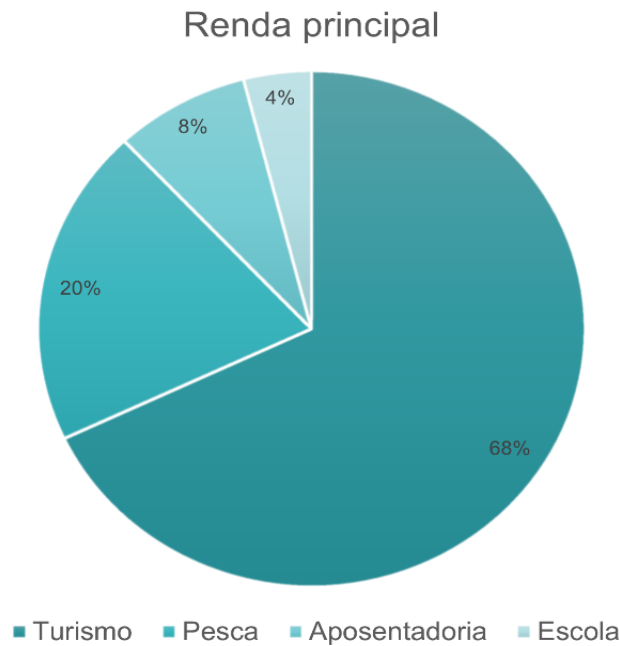
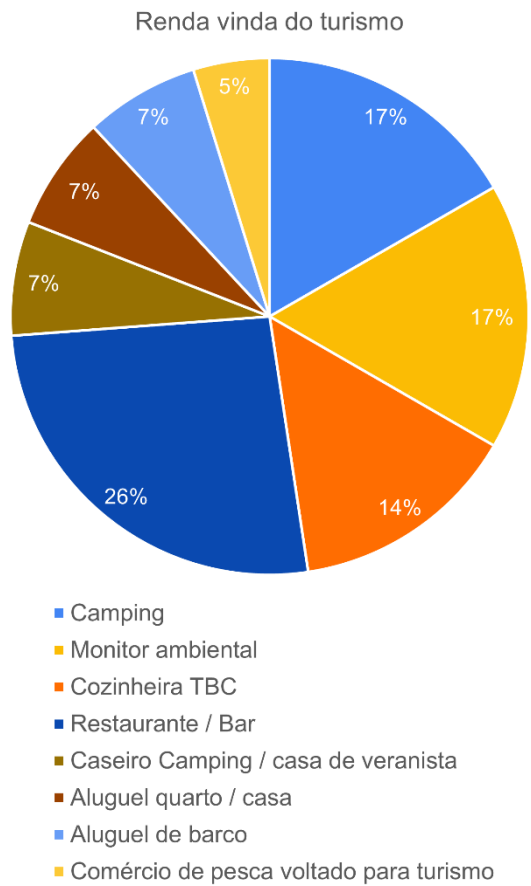


Gráfico 5 – renda principal (autoria própria, 2024)

Dentre as atividades relacionadas ao turismo na RDS, foram mencionadas: proprietários de bares ou restaurantes, caseiros de estabelecimentos voltados para o turismo, donos de campings, locadores de quartos ou casas, locadores de barcos, monitores, cozinheiras e comerciantes de pescado destinados aos turistas (gráfico 6). Sendo a mão de obra dos empreendimentos majoritariamente familiar ou, quando necessário, contratam pessoas da própria comunidade, com exceção de um empreendimento que revelou que durante a alta temporada recorre a contratação de mão de obra de fora.



Segundo os entrevistados e os dados secundários, o período de maior fluxo de turistas é durante a alta temporada, ou seja, dezembro, janeiro, fevereiro e março (FERREIRA, 2015; MARTINS, 2021). Por isso, 48% dos entrevistados revelaram só trabalhar com turismo nesse período, mas até mesmo os 52% que dizem trabalhar o ano todo, evidenciaram que o movimento diminui significativamente fora da temporada. Segundo os entrevistados, nessa época o turismo se baseia em escolas e universidades.

No entanto, cerca de 28% dos entrevistados afirmaram a diminuição do turismo nos últimos anos. Foi observado o mesmo na análise de dados obtidos por meio da gestora da reserva, onde o número de visitas em 2022 foi de 33.013, em 2023 de 22.651, e em 2024 (dados disponíveis até setembro) foi de 19.967. Importante destacar que foram considerados dados pós-pandemia.

Tendo isso em mente, quando indagados sobre as principais dificuldades enfrentadas pelo turismo na região, 84% dos entrevistados apontaram a via de acesso (estrada) como um problema, enquanto 80% mencionaram questões relacionadas à infraestrutura (todos mencionaram problemas com a energia elétrica, 1 da falta de serviço de comunicação). 28% dos moradores destacaram desafios na organização, 28% citaram a falta de união da comunidade e dois reclamaram da deficiência na divulgação

Apesar das críticas a organização e falta de união, apenas 44% dos entrevistados participavam frequentemente das reuniões, enquanto 44% indicou não participar e 12% mencionou que sua participação ocorria apenas de forma ocasional.

Dentre os motivos citados pela ausência em reuniões tem-se: não querer perder um dia de

Participação de reuniões

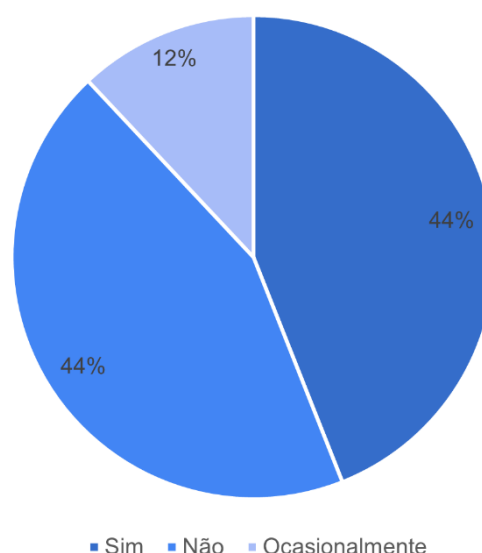


Gráfico 7 – número de entrevistados que participa de reuniões voltadas ao turismo (autoria própria, 2024)

trabalho (10%), evitar conflitos (21%), falta de interesse (21%), percepção de estagnação nas reuniões e falta de discussões sobre temas relevantes (32%), descompasso entre compromissos assumidos e resultados concretos nas reuniões (11%) e sensação de falta de consideração nas discussões (5%) (gráfico 8).



Gráfico 8 – frequência em que os motivos de ausência foram citados, autoria própria, 2024

Com relação às problemáticas envolvendo a gestão do turismo que foram trazidas, tanto pelos entrevistados como em pautas de reuniões, podemos citar: falta de infraestrutura para educação ambiental, turismo flutuante – não contribuem economicamente com a comunidade e existem relatos de comportamentos inadequados por parte de alguns turistas em relação à comunidade –, conduta perigosa de trânsito, desrespeito com a comunidade, locação de casas veranistas, demora no processo de aprovação das mudanças na infraestrutura pelo conselho, ausência de coleta seletiva, e falta de fiscalização seja de acesso, da pesca esportiva e da polícia ambiental. Dentre todas, a mais preocupante era referente a estrada, citada por 92% dos entrevistados.

Um aspecto conflitante identificado foi com relação aos veranistas, dos moradores tradicionais entrevistados, 48% manifestou-se favorável à remoção

dos veranistas que obtêm lucro no território, seja por meio do aluguel de suas residências para turistas ou pela exploração de campings, mas se opõem à retirada daqueles que utilizam suas casas para fins próprios. Enquanto 29% dos entrevistados não se sentem impactados pela remoção dos veranistas que utilizam suas residências para uso próprio e concordam com a remoção daqueles que lucram com o território. 9% apoiam a remoção de todos e 14% não se posicionaram sobre o assunto.

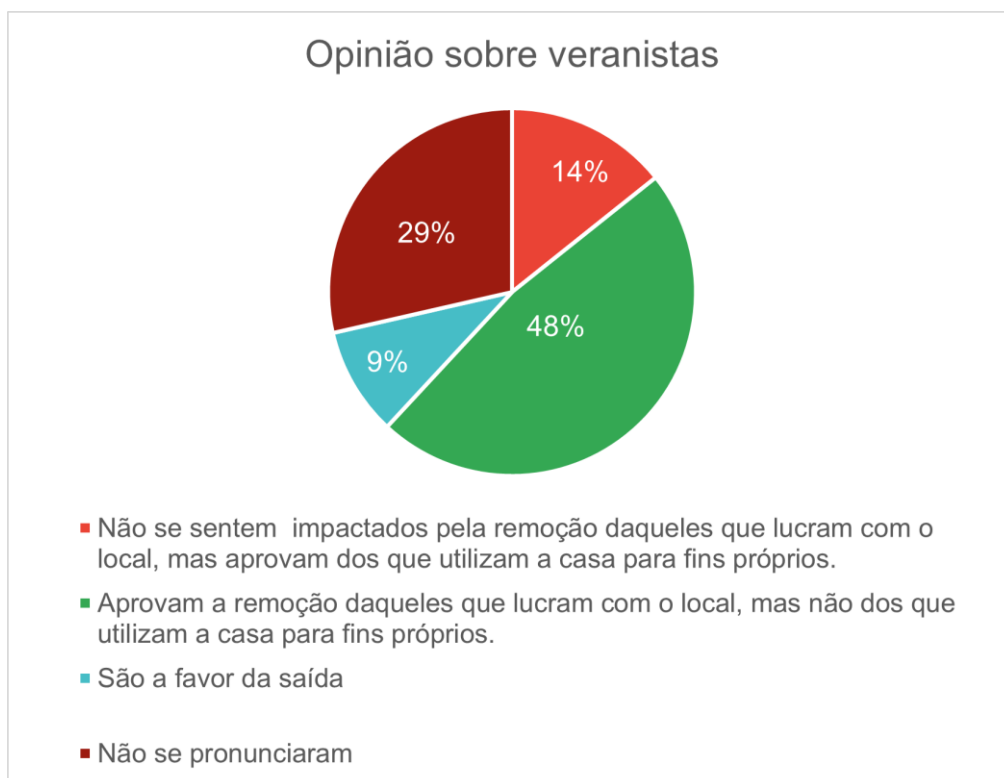


Gráfico 9 – Opinião dos moradores tradicionais com relação a retirada dos veranistas, autoria própria, 2024

Os que se demonstraram contra, acreditam que os veranistas ajudam a movimentar a economia local, visto que usufruem de serviços da comunidade (bares, restaurantes, além de contratarem caseiros e faxineiras). Já quem é a favor, defende que a comunidade deve se autossustentar. É relevante mencionar um relato onde o entrevistado revelou a perda de confiança nos veranistas após eles recolherem assinaturas dos comunitários a fim de solicitar a mudança da UC de Reserva de Desenvolvimento Sustentável para Área de Proteção Ambiental (APA) marinha, sem conhecimento prévio dos tradicionais.

É importante destacar que as casas de veranistas desapropriadas estão sendo demolidas. Uma delas era considerada por uma das moradoras um

patrimônio histórico-cultural, pois foi construída pela comunidade e era feita de pau a pique. Além desse relato, outros quatro moradores manifestaram oposição às demolições.

Um aspecto importante levantado quando considerada a sustentabilidade local é a perspectiva que a comunidade tem com o futuro da geração mais jovem. Muitos entrevistados expressaram queixas em relação à diminuição populacional, seja pela partida de familiares ou colegas de classe. Além disso, 68% dos entrevistados mencionaram a ausência de oportunidades econômicas e de estudo na região. Em uma conversa informal com a proprietária de uma pousada e sua filha, a jovem expressou o desejo de seguir a carreira de cozinheira, como sua mãe, e continuar residindo na localidade. No entanto, a mãe demonstrou o desejo de que a filha estudasse fora em busca de novas oportunidades. Três entrevistados levantaram a questão da dificuldade da pesca pelo pouco retorno financeiro, o que faz com que os mais jovens não queiram trabalhar nessa atividade. Cerca de 60% deles acredita que os jovens estão perdendo o interesse pela cultura caiçara.

Também foi questionado se os entrevistados acreditavam que o turismo fortalecia a cultura local. Enquanto 44% afirmaram que o contato do turista com as tradições da comunidade aumenta sua visibilidade e fortalece a economia local, e 2 entrevistados mencionaram que o turismo gerou um aumento do interesse entre os mais jovens.

Concomitantemente, 5 entrevistados mencionaram que o conhecimento está sendo progressivamente perdido à medida que os mais velhos falecem, pois não há a propagação desse conhecimento.

Outro aspecto relevante mencionado nas entrevistas foi a origem dos alimentos oferecidos aos turistas, sendo que todos os entrevistados afirmaram que, exceto o pescado, os demais alimentos são provenientes do mercado. No entanto, 28% dos entrevistados mencionaram possuir hortas ou utilizar frutas encontradas na região. Os alimentos que são aproveitados da região citados foram: peixe, marisco, camarão, siri, caranguejo, mandioca, cará, cará de

espinho, mexerica, limão, laranja, abacate, banana, jaca, jabuticaba, taioba, manga, coco e pitanga.

Por fim, como melhorias que beneficiariam o turismo, foram citadas: aumentar a divulgação do turismo na região, especialmente voltado para escola e universidades; desenvolvimento de mais atividades culturais (oficinas, exposições, atividades para crianças); desenvolvimento de mais pesquisas com retorno para a comunidade; elaboração de oficinas e cursos capacitantes para os moradores; replantação da roça; investimento no turismo; intensificação da fiscalização no portal (com relação ao turismo flutuante); e melhoras na infraestrutura:

- Estrada
- Portinho
- Aumento no número de lixeiras – questão também levantada pelos turistas entrevistados por Cordeiro e colegas (2012)
- Aprimoramento das trilhas
- Construção de mirantes
- Criação de espaços culturais – uma das ideias sugeridas foi a utilização de casas desapropriadas como espaços culturais
- Implantação de um centro de recepção de visitantes
- Construção de sanitários públicos

4.3. Turismo na RDSBU

Como dito previamente, na RDSBU se localiza um dos remanescentes da mata atlântica, por isso é um lugar que apresenta beleza cênica única (MARTINS, 2021). Dentre os atrativos turísticos da região, podemos citar a Praia da Barra do Una, a praia do Caramborê e a Desertinha, essas duas últimas com acesso apenas por trilhas, além de contar com a presença do Rio Una, que permite passeios de barcos e caiaque e diversas trilhas conhecidas por monitores ambientais da comunidade (MARTINS, 2021; FERREIRA, 2015).

As únicas formas de acesso até a RDS são por barco e pela estrada do Guaraú, a qual possui 7 km e é totalmente asfaltada, e após, pela estrada do Una, com 18 km de percurso não pavimentado, a qual apresenta condições precárias e sob certas condições de chuva e ventanias, a estrada pode tornar-

se intransitável. Apesar do descaso, é via mais utilizada pela comunidade e turistas

O turismo na comunidade é sazonal, concentrado durante a alta temporada (dezembro-março) e feriados (MARTINS, 2021). Sendo a única forma de fiscalização um portal na estrada do Una, a qual não é rígida apenas realiza o levantamento de informações de indivíduos que ingressam na Unidade de Conservação. Importante ressaltar que até o momento da pesquisa não havia um estudo que revelasse o limite de carga turística no Mosaico Juréia-Itatins.

Em relação à duração da estadia, a maioria dos turistas permanece por apenas um dia, 40% aproveitam o dia inteiro, 29% ficam até o meio-dia. Entre os que optam por uma estadia mais longa, 8% permanecem por dois dias e 23% optam por estadias superiores a três dias (CORDEIRO, *et al.* 2012).

Isso porque 61% dos visitantes optam por se hospedar em casas de veraneio nas cidades vizinhas em vez de escolherem campings (21%) e hospedagens (10%).

Importante a menção que o estudo de Cordeiro e colegas (2012) revelou que cerca de 33% dos turistas não tinham conhecimento sobre Unidades de Conservação.

Com relação às atividades turísticas ofertadas pela comunidade tem-se: os campings que disponibilizam espaços para acampamentos, pousada com serviço de hospedagem e restaurante, moradores que disponibilizam estruturas (como casas e quartos) para locação, restaurantes, bares e bancas de comercialização do pescado da região, passeios de barcos, bem como a locação de embarcações, monitoria e guia ambientais para acompanhamentos em trilhas e na pesca esportiva. Também são oferecidos serviços de educação ambiental e estudo do meio à escolas e universidades (FERREIRA, 2015).

Neste contexto, é importante destacar a relação da comunidade com o meio ambiente, evidenciada pelo forte apego ao território e pelo interesse em aprender sobre conservação e sustentabilidade ambiental. Além disso, a comunidade não apenas compartilha esse aprendizado com os turistas, mas também se dedica a conscientizar aqueles que não respeitam o meio ambiente, buscando constantemente alertá-los sobre a importância de sua preservação (FERREIRA, 2015).

Dentre as práticas culturais cabe citar visitas a “casa de farinha”, local construído para resgate da cultura, o contato com a pesca artesanal e festas tradicionais, como bailes do fandango e a festa da Tainha. Esta última atrai muitos turistas, o evento reúne estandes dedicados à venda de pratos da culinária local (como peixe e pastel de mariscos) e de bebidas da região (como cachaças). Além das barracas de venda, a festa conta ainda com um baile de fandango, que combina música e dança tradicional caiçara (FERREIRA, 2015).

4.3.1. Turismo convencional

A principal característica observada no turismo convencional é a individualidade e a crença no livre comércio. Serviços de hospedagem, campings, restaurantes e bares que adotam uma lógica individualista, usam como argumento o fato de que seus estabelecimentos possuem diferenciais exclusivos, não observados em outros, os quais são responsáveis por atrair uma clientela fiel e por promover uma divulgação positiva de seus comércios fora da comunidade. Todos são organizados de forma independentes e assuntos relacionados ao setor eram discutidos em reuniões do conselho, a cada 3 meses. Aqui cabe ressaltar que veranistas participavam de tais encontros.

Pode-se dividir tais estabelecimentos em dois grupos, o primeiro composto por moradores externos a comunidade, que utilizam seus terrenos para ganho próprio, ou seja, possuem casas que alugam ou possuem campings atendendo turistas; e o segundo é formado por moradores da comunidade que preferem não aderir ao turismo comunitário, assim, apesar de possuírem mão de obra familiar, os ganhos ficam concentrados na família em questão e não na comunidade.

Neste segundo grupo podem ser incluídos restaurantes, campings, bares, serviços de hospedagem e um receptivo, que oferece passeios de barcos, roteiros de trilhas criadas, camping e alimentação.

4.3.2. Turismo de base comunitária

O Turismo de Base Comunitária da Vila Barra do Una é gerido por um grupo de mulheres, as quais não recebem apoio financeiro para desempenhar tal função, e é composto por diferentes segmentos, incluindo cozinheiras comunitárias e restaurantes, barqueiros, fornecedores de hospedagem,

monitores ambientais, campistas e guarda-vidas. Todos os envolvidos contribuem com uma quantia anual de 35 reais, valor destinado ao fundo comunitário.

Com relação a organização, são realizadas reuniões gerais a cada 3 meses e reuniões extraordinárias prévias ao recebimento grupos turísticos, a fim de se organizarem.

Os participantes se alternam em um sistema denominado rodízio, no qual cada segmento possui uma lista própria e os selecionados seguem a ordem pré-estabelecida. Caso um participante não esteja disponível quando for sua vez, ele é reposicionado no final da fila, salvo em situações que envolvam problemas de saúde.

Importante destacar que há um limite de 20 turistas por cozinha comunitária e de 10 pessoas por monitor ambiental. Para o barqueiro, o número varia entre 4 a 5 pessoas, dependendo da embarcação. Em passeios longos, apenas embarcações com motor são permitidas. Frequentemente, um guarda-vidas da comunidade é contratado junto aos passeios, especialmente quando o número de turistas excede o limite estabelecido. Nesses casos, uma nova pessoa é contratada para exercer a função necessária.

Até o momento da pesquisa, eram oferecidos roteiros ecoturísticos que incluíam passeios de trilhas e de barco, além de um roteiro turístico cultural pronto, com outros em fase de construção. O roteiro denominado 'etnocultural' tinha como objetivo apresentar a cultura local aos turistas, incluindo atividades como rodas de conversa com pescadores, apresentações de fandango (dança típica caiçara), visita à casa de farinha, passeios de barco e trilhas, além de refeições com a culinária tradicional, que abrange pratos como farofa de farinha de manema (um tipo de farinha de mandioca), farofa de banana, farofa de marisco, arroz, feijão, salada, pescado preparado de diferentes formas, coração de banana, banana verde frita e polenta. Entretanto, constatou-se baixa divulgação dos serviços ofertados, além do receptivo em si.

É fundamental ressaltar a proximidade criada pelos prestadores de serviço com os turistas, através de conversas informais, havendo essa troca de

experiências, promovendo um ambiente acolhedor, além de colocar o turista em contato com a realidade dos moradores tradicionais.

Uma problemática notável refere-se à ausência de uniformização nos serviços observados, tanto no que tange à infraestrutura quanto à alimentação. Identificou-se que alguns estabelecimentos estão mais adequadamente preparados para atender ao turismo, oferecendo ambientes mais confortáveis e acolhedores, em comparação com outros que carecem de estrutura semelhante. No âmbito da alimentação, embora o peixe seja uma constante nas ofertas locais, observa-se que, ao se considerar o café da manhã, predominam produtos processados, como sucos industrializados, requeijão, presunto, queijo, entre outros, o que evidencia uma falta de diversidade e qualidade nos alimentos servidos, comprometendo a experiência gastronômica dos turistas.

5. Discussão

Através dos resultados obtidos, é evidente a percepção da importância do turismo na região. Quando analisamos a situação econômica, a maior parte das famílias tem sua renda proveniente do turismo (FERREIRA, 2009; MARTINS, 2021), embora que nem sempre seja a principal fonte de sustento, mesmo aqueles com ensino superior completo, só exercem a profissão quando relacionada ao setor. Sendo assim, o turismo contribuiu de forma positiva para a diversificação da base produtiva da comunidade, antes baseada na pesca.

Apesar do turismo ser tão promissor na região, notou-se a necessidade de complementar a renda, além de uma diminuição no fluxo de turistas que visitam a RDSBU ao longo dos anos. Em consonância com essas informações, tem-se as diversas reclamações dos moradores relativas às escassas oportunidades econômicas e à crescente tendência de evasão da comunidade. Tal situação é comprovada, uma vez que durante a primeira implantação da EEJI eram contabilizadas 500 famílias na região, e em 2013 o número caiu para 49.

Entre os obstáculos enfrentados para o desenvolvimento do turismo observados está a infraestrutura, devido a falta de luz constante, da carência de serviços de telefonia móvel, mas principalmente pela via de acesso, sua precariedade seleciona os turistas que frequentam a região, além de impedir a visita em caso de clima extremo, o que não impacta somente o turismo, mas

também a qualidade de vida dos moradores (CLAUZET, 2015; MARTINS, 2021). Assim, por mais que a construção da estrada tenha facilitado o acesso da RDS a Peruíbe, o constante descaso com a via tem sido o principal fator debilitante do turismo, alguns moradores relatam:

“O acesso é o que mais tá acabando com o turismo, acabando com tudo, a comunidade”.

“A perda maior aqui da comunidade é o acesso. Porque por isso tá indo todo mundo embora. O acesso é horrível. A prefeitura veio agora e deu uma tapeadinha aí, mas daqui a pouco já tá tudo arrebitado”.

Podemos assim, correlacionar a falta de oportunidades econômicas, também, à perda cultural, uma vez que os jovens, diante da falta de perspectivas econômicas, acabam desmotivados a permanecer, especialmente quando atividades como a pesca se mostram desafiadoras e com pouco retorno, além de ter que competir com a pesca industrial, em um território com limitações devido a presença da Estação Ecológica em um dos antigos pontos de pesca (MARTINS, 2021). O modo de vida tradicional acaba sendo comprometido pelo sufocamento causado pela escassez de oportunidades e pelas limitações impostas.

Um exemplo disso é o fato de que a maior parte dos alimentos provém de fora da comunidade, o que contraria o propósito da Unidade de Conservação em questão. Os moradores, ao preservarem o modo de vida tradicional, deveriam ser capazes de se autossustentar, como acontecia antes da criação da RDS. No entanto, devido às diversas restrições impostas pela Fundação Florestal, isso não se concretizou, resultando, inclusive, na perda de tradições culturais. Como por exemplo, a inviabilidade de continuar com a roça acabou com a produção de alimentos voltados para a comunidade, e a prática cultural conhecida como o “mutirão” (FERREIRA, 2015). Como citado por um dos entrevistados:

“A roça antigamente tinha, mas quando virou Estação Ecológica foi proibido. Os mais velhos deixaram de plantar e os mais novos não tem interesse”.

No entanto, o TBC vem como um meio de resgatar a cultura que foi se perdendo devido ao histórico conflituoso, colocando o turista em contato direto com costumes tradicionais, seja por meio das conversas informais que promovem uma troca de experiências, como também levando o turistas a locais onde essas práticas são realizadas, por exemplo a ida ao centro comunitário para rodas de conversa com pescadores, ou a ida a “casa de farinha”. Em um relato nas entrevistas, o morador mencionou:

“Porque agora, a cultura é mais falada, ela tá em visitaço, então ela tá sendo vista, né? Não tá sendo só falada, ela tá sendo vista, a nossa cultura, que é a pesca artesanal, a casa de farinha, né? Tem todo esse manejo. Então hoje, além de estar escutando, eles estão vendo. Então, o turista vem, vê e leva *pra fora*”.

Os entrevistados revelaram a importância disso para a cultura, visto que aumenta sua visibilidade e estimula a participação dos mais jovens. Como citado por Ferreira (2015) foi construído um certo preconceito com o termo caçara ao longo do tempo, e como mencionado por um dos entrevistados:

“Agora eles começaram a participar, mas eles não tinham interesse. Talvez por vergonha, também, de lidar com os turistas, de ir lá, fazer uma trilha, conversar. E até há pouco tempo eles tinham vergonha de falar da sua própria cultura (...) então, tinham esse preconceito. Só que agora eles estão vendo, tipo, mostrando que é legal. Então, eles estão começando a participar”.

Apesar de haver certa forma de intercâmbio cultural em estabelecimentos mais individualista, os ganhos voltados apenas para uma família, não beneficiam a comunidade como um todo. O turismo deveria servir como um fator de integração para a comunidade, considerando que todos se encontram em uma situação de vulnerabilidade.

Um exemplo é como o turismo fora da época de veraneio se concentra na vinda de escolas e universidades, e a estadia das instituições se concentra em campings que se enquadram como turismo convencional, de tal modo que ocorre

a concentração de renda em apenas uma família e não a comunidade como um todo, para um ambiente fragmentado.

Porém, uma das problemáticas levantadas com relação ao turismo de base comunitária foi a falta de uniformidade nos serviços prestados; ocasionalmente, um turista se hospeda no local, aprecia a experiência e a recomenda a outras pessoas. No entanto, o próximo visitante, ao se acomodar em um lugar diferente, pode ter uma experiência distinta, o que pode resultar em uma avaliação negativa e na ausência de recomendações. Por isso, se torna necessária a criação de parâmetros com relação a qualidade da infraestrutura e de quais alimentos e bebidas serão servidos, bem como do modo de preparo e origem dos mesmos. Tendo em vista que a atividade turística tem como requisito a qualidade na prestação de serviços, a implementação de regras coletivas é essencial (MIELKE & PEGAS, 2013).

Além disso, é relevante a criação de um fundo comunitário com maior volume de recursos, que possa ser destinado a melhorias e à uniformização das estruturas. Para tanto, é necessária uma organização coletiva, a qual foi observada como limitada, em razão da baixa adesão participativa nas reuniões (MIELKE & PEGAS, 2013).

Isso pode ser explicada pelo histórico conflituoso com a Fundação Florestal e a lentidão do Estado em resolver as questões solicitadas pelos moradores, o que diminuiu a confiabilidade da comunidade no Estado e o desinteresse em frequentar reuniões. Fato percebido em outros casos, onde o Estado, órgãos não governamentais, e outros, não passam credibilidade, seja por conta de histórico de conflitos e de exclusão, situações mal resolvidas entre os moradores e órgãos ambientais, falta de comunicação e compreensão de outros atores envolvidos, anos de decisões tomadas sem considerar comunidades, o que provocava uma queda na participação, já que os nativos não viam sentido em estar presentes nas atividades (MELLINGER & FLORIANI, 2015; XAVIER, 2010; REILLY et al., 2016). Dessa forma, embora exista uma relação próxima com a gestora atual do parque, ela ainda é uma representação do Estado, o qual não é bem visto.

A falta de união frente a principal forma de sustento dos locais, a fim de encontrar soluções que beneficiem a todos, fragiliza ainda mais a comunidade. Segundo Ferreira (2015), o turismo não atinge seu pleno potencial devido à

gestão individualizada dos empreendimentos. Maldonado (2006) ressalta importância de haver coesão interna entre os membros da comunidade para que se possa construir um turismo sustentável. Somado a isso, Mielke e Pegas (2013) à medida que se estabelece a governança interna, torna-se cada vez mais evidente a definição de metas e objetivos mais claros, o que pode tornar a comunidade cada vez mais unificada e, por consequência, mais sustentável.

Outra problemática observada, que oferece impactos sociais e ambientais, foram os turista flutuante, também conhecido como “sol e praia”, ou aquele que vai e volta. O qual, apesar de ser a principal forma de turismo, é o que menos dá retorno econômico para a comunidade, por não usufruírem dos serviços ofertados pela comunidade, como camping e hospedagem, e por muitos já levarem suprimentos necessários para o dia.

Além disso, é perceptível a falta de infraestrutura para recebê-los, como lixeiras e banheiros públicos. E quando consideramos que uma parcela (33%) não possui nem mesmo conhecimento sobre Unidades de Conservação (CORDEIRO *et al.*, 2012), e que os turistas não têm compreensão sobre seu impacto no meio (aqui acho relevante ler um artigo sobre percepção do turista sobre o meio, resgatando o fato que falta um centro de recepção). Não há um centro de recepção ao turista que, além de oferecer serviços voltados à educação ambiental, como informações sobre o que é uma reserva de desenvolvimento sustentável, sua finalidade, importância, o que é permitido e o que não é, também tenha como objetivo destacar a importância de respeitar a comunidade local e divulgar os serviços prestados por ela, o que ajudaria a diminuir assim, o impacto ambiental e social do turismo.

A entrada livre, aliada à ausência de fiscalização, configura um desafio à gestão, uma vez que situações como condutas perigosas de veículos, pesca esportiva ilegal e até mesmo o desrespeito da comunidade em relação a certos turistas são, em sua maioria, resolvidas pela própria comunidade. O que causa preocupação por parte dos moradores, como diz o relato a seguir:

“Essas situações geralmente é o turismo vai e volta. Porque quando é com o turista que tá aqui, você resolve com o dono do camping que ele tá (...) aquele turista que vai e volta, passa o dia e às vezes não conhece, ai acaba

extrapolando um pouquinho (...) mas na maioria das vezes a gente nunca nem vê polícia aqui. Mas tudo que dá *pra* resolver, a gente resolve”

O mesmo se reflete nas formas de educação ambiental, realizada pelos moradores tradicionais em relação ao turistas. Cabendo a eles explicarem aos campistas, hóspedes e clientes as responsabilidades ambientais de cada um.

Outra problemática é a conflituosa relação com veranistas, a qual data a instituição do mosaico, visto que a permanência se tornou um direito da comunidade, excluindo os considerados não tradicionais. O que segundo Ferreira (2009) contribuiu para a criação de novos conflitos e consequentemente maior fragmentação da comunidade. Considerando que muitos moradores dependiam da renda proveniente dos serviços domésticos e de caseiro dessas residências.

É importante destacar que moradores não tradicionais participam das reuniões do conselho, sendo frequentemente motivo de divergências que acabam gerando conflitos dentro da comunidade. Fato que foi apontado como uma das razões (evitar conflitos) para a não participação de alguns membros nas reuniões.

Soma-se a isso o fato de as casas desapropriadas serem demolida, visto a falta de oportunidades econômicas na RDS, a baixa renda dos moradores, a diminuição da demanda do turismo, então, apesar dos moradores terem o direito ao terreno, faltam recursos financeiros para arcar com as despesas de uma nova obra. O que impede que os residentes consigam investir em novos estabelecimentos voltados para o turismo. Além das dificuldades observadas com relação aos empasses e demoras na hora de se obter aprovação no conselho para realização de obras.

Portanto, é importante ressaltar que a Fundação Florestal ao retirar um meio de subsistência da comunidade, falha em substituir tal forma de renda. O que pode dificultar a relação dos atores, a qual já é conflituosa.

Uma sugestão trazida pelos moradores foi a utilização das casas desapropriadas para fins de perpetuação cultural, como utilizá-las para exposições, como museus, ou como espaços para realizações de atividades,

encontros e oficinas. Podendo incluir, por exemplo, oficinas para a confecção de balaios e cestos, e sua exposição (MARTINS, 2021).

Contudo, a carência de infraestrutura apropriada, evidenciada tanto pela condição precária das estradas quanto pela falta de uniformização dos estabelecimentos, além da irregularidade no fornecimento de energia elétrica, dificulta consideravelmente a autogestão do turismo na comunidade, bem como a inserção desta em uma economia de mercado mais ampla. Nesse contexto, Mielke e Pegas (2013) destacam que um dos principais fatores que contribuem para a insustentabilidade do Turismo Baseado na Comunidade a longo prazo é o limitado acesso ao mercado, o que, por sua vez, pode ser correlacionado à oferta de produtos que não atendem plenamente aos padrões de qualidade esperados. Esse cenário compromete o desenvolvimento sustentável da atividade turística, limitando seu potencial de crescimento e integração econômica.

Dessa forma, visando otimizar as condições da comunidade para um maior aproveitamento do turismo, é necessário implementar melhorias na infraestrutura de pontos turísticos, como o porto de pescadores, mirantes, um Centro de Recepção de Visitantes, um local para exposições caiçaras, instalação de placas educativas ambientais, lixeiras, além de aprimoramentos nas trilhas. Também é fundamental considerar melhorias no fornecimento de energia elétrica, com atenção especial às condições precárias da estrada.

Com base nesse contexto, é de suma importância a colaboração da Fundação Florestal e do Estado, que, além de serem responsáveis pela promoção da qualidade de vida da comunidade, detêm o conhecimento necessário para orientar a implementação de produtos turísticos. Estes devem ser desenvolvidos dentro da comunidade, assegurando que atendam a padrões desejáveis em termos de qualidade socioeconômica e ambiental. A atuação dessas instituições é fundamental para garantir que as iniciativas turísticas estejam alinhadas com os princípios de sustentabilidade e benefício para a população local (MIELKE & PEGAS, 2013).

Por isso, é relevante, que a fundação promovesse cursos e oficinas direcionados ao setor do turismo, considerando as limitações de acesso à educação na região, em virtude das precárias condições da estrada e das adversidades econômicas enfrentadas pelos moradores. Tais iniciativas

poderiam contribuir significativamente para a capacitação local, ampliando as oportunidades de desenvolvimento e integração da comunidade no contexto turístico.

6. Conclusão

A diversidade ambiental e cultural da RDS Barra do Una representa um patrimônio de valor incomparável, evidenciando a singularidade do local. A combinação de seus ecossistemas e as tradições culturais locais formam um cenário que destaca o grande potencial do turismo na região, oferecendo experiências autênticas e enriquecedoras. Esse conjunto de características torna a RDS Barra do Una um destino altamente promissor, com imenso potencial para o desenvolvimento sustentável e a valorização de suas riquezas naturais e culturais. Aliado ao surgimento do turismo de base comunitária, considerado uma alternativa sustentável em sua essência, especialmente pelo resgate da cultura caiçara, sua forma de organização e a relação estabelecida com o meio ambiente, destaca-se como uma proposta valiosa para a região.

Porém, considerando que a atividade turística demanda a qualidade na prestação de serviços, a implementação de regras coletivas torna-se essencial. Essas diretrizes são necessárias para assegurar a padronização e a qualidade dos serviços oferecidos, garantindo uma experiência satisfatória para todos os turistas e promovendo o desenvolvimento sustentável da atividade dentro da comunidade.

Ressaltando que a ausência do Estado em fornecer a infraestrutura básica necessária para a comunidade, somada à escassez de investimentos no setor turístico e à falta de coesão social, resultante de uma comunidade fragmentada e marcada por conflitos internos, tem se mostrado como fatores insustentáveis a longo prazo. Esse cenário foi evidenciado pela falta de perspectivas futuras para a comunidade, bem como pelo alto índice de migração de moradores em busca de melhores condições de vida.

Portanto, embora o TBC se constitua uma alternativa sustentável, ainda há um longo caminho a ser percorrido na RDS Barra do Una para que ele seja, de fato, eficiente.

7. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L.. **Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: conexões e reflexões**. Revista de Turismo Contemporâneo, v. 11, n. 1, p. 1-21. 2023.
- ANDRIOLLI, C.; CASTRO, R. R.; DE LIMA, A. S.; PRADO, D. M.. **Conservação ambiental e os direitos das comunidades tradicionais: a produção de um plano de uso tradicional como um experimento de cooperação entre conhecimento tradicional e científico**. RURIS (Campinas, Online), v. 15, n. 1, p. 179-202. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I.. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. In: CRUZ, R. C. A.. **Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira**. Nova Letra Gráfica e Editora, p. 92-107. 2009.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M.. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. Gestão e sociedade, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2007.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jul. 2000.
- BURGOS, A.; MERTENS, F.. **A perspectiva relacional na gestão do turismo de base comunitária : o caso da Prainha do Canto Verde**. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 81-98, 2015.
- CHAMPAGNAT, J. **O processo de construção do mosaico de unidades de conservação da Juréia-Itatins: O caso da RDS Barra do Una**. Relatório técnico. Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2017.
- CLAUZET, M.; DOPONA, A.; RAMIRES, M.; CHAMY, P. **Potencial do turismo de base comunitária na comunidade da Barra do Una, Peruíbe/SP**. Anais do Uso Público em Unidades de Conservação, v. 3, p. 01-12, 2015.
- CORDEIRO, V.; MACEDO, M.S.; SILVA, C.R.; MOURA, C. **Características dos visitantes da Estação Ecológica Juréia-Itatins, São Paulo, Brasil: Monitoramento e subsídios para a gestão** In: VII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação - VII CBUC, 2012, Natal - RN. Anais... Natal: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2012
- CORIOLO, L. N. M. (2009). **O turismo comunitário no nordeste brasileiro**. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I.. **Turismo de Base**

Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Nova Letra Gráfica e Editora, p. 277-287. 2009.

FERREIRA, P. T. A. **Do passado que insiste em persistir: conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GOODMAN, L.. **Snowball Sampling.** *The Annals of Mathematical Statistics*, v. 32, p. 148 – 170, 1961.

GONZÁLEZ, R. O., ECHEVERRÍA, O., & RAMIREZ, L. C.. **Modelo de Estrategia de Dogan Aplicado a los Prestadores de Servicios de Turismo con Base Comunitaria, en las Provincias de Imbabura y Pichincha [Ecuador]**. Rosa dos Ventos, v.12, p. 555-568. 2020.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Princípios e Diretrizes.** 2018.

IOCCA, L.; FIDÉLIS, T.. **Comunidades tradicionais e unidades de conservação: Desafios jurídico-normativos na sobreposição de territórios.** In: DERANI, C.; IOCCA L.; OLIVEIRA, A. B. I. O.. **Caderno de estudos em direito ecológico insurgente e pensamento decolonial.** Editora Habitus, p. 61-92. 2020

LAUFER, M.. **¿Qué hacer con la literatura gris?**. *Interciencia*, v. 32, n. 1, p. 5, 2007.

LEITE, R. P.. **Lugares da Política e Consumo de Lugares: nação e patrimônio cultural.** In: LEITE, R. P.. *Contra-usos da Cidade.* Editora Unicamp, p. 34-95. 2007.

LOPES, K. **Plano de Uso Sustentável para a pesca Esportiva - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uatumã - RDSU - AMAZONAS.** IPAAM, 2009

MACIEL, V. **Turismo será responsável por quase 8 milhões de empregos e 7,8% do PIB do Brasil em 2023, afirma WTTC.** Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-sera-responsavel-por-quase-8-milhoes-de-empregos-e-7-8-do-pib-do-brasil-em-2023-afirma-wttc>. Acesso em: 09 de dezembro de 2012.

MALDONADO, C. ***Turismo y comunidades indígenas: impacto, pautas para autoevaluación y códigos de conducta.*** Oficina Internacional de Trabajo, 2006.

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina.** In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I.. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.* Nova Letra Gráfica e Editora. 2009.

MARTINS, M. S. L.. **A (re)existência da pesca artesanal costeira e a comunidade tradicional caiçara na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una (Peruíbe, SP): uma abordagem etno-oceanográfica para detalhar**

- interações.** Dissertação (mestrado em Ciências) – Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 155. 2021.
- MCGOODWIN, J.. **Comprender Las Culturas de Las Comunidades Pesqueras: Clave para la Ordenación Pesquera y la Seguridad Alimentaria.** FAO Documento técnico de Pesca, n. 401, p. 25, 2002.
- MELLINGER, L.; FLORIANI, D.. **Participação Democrática na Gestão dos Bens Naturais Comuns e Populações Nativas no Litoral Sul do Paraná.** Ambientes & Sociedades, n. 2, p. 1-22, 2015.
- MENDES, K.; SILVEIRA, R.; GALVÃO, C.. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto & Contexto Enfermagem, v. 17, n. 4, p. 758-764. 2008.
- MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. **Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão.** Revista Turismo em Análise, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 1, p. 170–189, 2013
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Hotspots: Áreas de importância para a biodiversidade.** Brasília: MMA, 2002.
- MOHENO, J. M., CORIA, E. C., & CRUZ, T. F. G.. **Socio-technical innovation in community-based tourism organizations: a proposal for local development.** *Technological Forecasting and Social Change*, v.171, p. 1-12. 2021.
- NOGARA, P. J. **Subsídios para o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela - Inserção das comunidades tradicionais caiçaras.** São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo/Instituto Florestal, 2005.
- OMT. **Organização Mundial do Turismo. Turismo e desenvolvimento sustentável: uma introdução.** 1995
- PAIVA, R. A.. **O turismo e as práticas socioespaciais.** Revista Turismo & Desenvolvimento, n. 17/18, p. 1013-1024. 2012.
- RASOOLIMANESH, S. M.; RAMAKRISHNA, S.; HALL, C. M.; ESFANDIAR, K.; SEYFI, S.. **A systematic scoping review of sustainable tourism indicators in relation to the sustainable development goals.** *Journal of sustainable tourism*, v. 31, n. 7, p. 1497-1517. 2023.
- REILLY, K., O'HAGAN, A. M., DALTON, G.. **Moving from consultation to participation: A case study of the involvement of fishermen in decisions relating to marine renewable energy projects on the island of Ireland.** *Ocean & Coastal Management*, v. 134, p. 30-40, 2016.
- SANCHES, R. A. **Caiçaras e a Estação Ecológica de Jureia-Itatins: uma abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação homem – meio ambiente.** São Paulo, Fapesp, 2004.
- SANTOS, L. D.; SCHLINDWEIN, S.L.; FANTINI, A. C.; HENKES, J. A.; BELDERRAIN, M. C. N.. **Dinâmica do Desmatamento da Mata Atlântica:**

Causas e Consequências. Revista Gestão & Sustentabilidade, v. 9, n. 3, p 378-402. 2020.

SÃO PAULO. **Estudo Técnico para Recategorização de Unidades de Conservação e Criação do Mosaico de UCs Juréia-Itatins.** Secretaria do Meio Ambiente, 2009.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. ***Research methods for business students***. 4. ed. Harlow: Pearson Education, 2007.

SIRAKAYA, E.; JAMAL, T. B.; CHOI, H.-S.. **Developing indicators for destination sustainability. The encyclopedia of ecotourism**, p. 411–432. 2001.

SMA – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estudo técnico para Recategorização de Unidade de Conservação e Criação do Mosaico de UCs Juréia- Itatins**, p. 187, 2013

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **Indicators of sustainable development for tourism destinations: A guidebook**. 2004.

XAVIER, L.. **Participação de comunidades de pescadores tradicionais na elaboração de políticas públicas para a zona costeira : Um estudo de caso sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico Marinho no Litoral Norte de São Paulo.** Dissertação (mestrado em Oceanografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WTO. **Indicators of sustainable development for tourism destinatioes**. 2004

8. Lista de apêndices

8.1. Apêndice A – Primeiro roteiro de entrevistas

Perfil

1. Nome _____
2. É morador?
_____ Sim _____ Não
 - veraneio
 - tradicional
3. Sexo (M/F) _____
4. Você se considera:
 - branco
 - preto
 - pardo
 - indígena
 - amarelo
5. Data de nascimento ou Idade em 2024? _____
6. Onde nasceu? _____
7. Escolaridade:
 - fundamental completo/ incompleto - Sabe ler e escrever? _____
 - ensino médio completo/ incompleto
 - ensino superior completo/ incompleto
 - pós graduação completo/ incompleto
8. Profissão _____
9. É morador desde quando? (nasceu aqui? Já morou em outro lugar e depois voltou?...) O que te levou a permanecer aqui? Comprar casa aqui? Visitar aqui?

Atividades/ Renda/ Turismo - *P/ Pessoas que possuem moradia ou trabalham na RDS*

1. Qual sua fonte de renda (ativ. principal)? Tem renda secundária?

2. Trabalha aqui? No que? (profissão/atividade). A atividade é voltada para o consumo próprio ou para comércio (caso de produtores/pescadores) ou turismo (guia, faxina, dono de bar, restaurante, cozinha...)?

3. Qual área utiliza para realizar a profissão/atividade na RDS? porque?

4. As atividades são realizadas com que frequência? (diariamente, semanalmente, mensalmente, temporada, feriados...)

5. Qual seu nível de satisfação com a organização da comunidade em relação ao turismo?

	1	2	3	4	5	
Pouco	☐	☐	☐	☐	☐	Muito

6. Quão satisfeito você está com o turismo na região?

	1	2	3	4	5	
Pouco	☐	☐	☐	☐	☐	Muito

7. Caso seja dono de empreendimento na RDS, como ele está vinculado ao turismo?

8. A mão de obra é familiar? (qm trabalha com o que)

9. Qual valor aproximado da renda gerada pelo turismo?

- ☐ Até R\$706,00/mês
- ☐ Entre R\$706,00 a R\$1412,00/mês
- ☐ Acima de R\$1412/mês

10. Qual a importância do turismo na composição da renda dos integrantes?

- ☐ Única ou principal
- ☐ Complementar ou secundária

11. Você recebe algum auxílio do governo? Qual?

- ☐ Sim

- ☐ Não

12. Participou de capacitação e eventos em atividades voltadas para o turismo?

- ☐ Sim
- ☐ Não

13. O que você considera interessante que o turista faça na comunidade?

14. Existe algum mecanismo de controle para chegada e saída de turistas que você conhece?

15. Existe algum plano de gestão do turismo?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

16. Você participa de reuniões referentes à organização e gestão do turismo?

- ☐ Não
- ☐ Sim, com que frequência?

17. Qual importância das reuniões para discussão sobre o turismo coletivamente, quais dificuldades?

Infraestrutura domicílios/ transporte/ Saneamento - (Entrevista por lote/moradia)

1. Qual a principal forma de abastecimento de água da sua casa? A captação é protegida?
 - Rede Geral de Distribuição
 - Poço profundo ou artesiano
 - Poço raso ou freático (até 20m)
 - Fonte, nascente ou mina
 - Carro-pipa
 - Água da chuva armazenada
 - Rios, açudes, córregos, lagos, igarapés
 - outros _____
2. A água é:
 - encanada na casa toda
 - encanada no terreno
 - não é encanada (baldes, garrafas, etc)
 - outros _____
3. Para onde vai a água dos sanitários ou buraco de dejetos?
 - Rede geral ou pluvial
 - Fossa séptica ou fossa filtro
 - Fossa Rudimentar ou buraco
 - Vala
 - Rios, córregos, mar
 - outros _____
4. Qual o meio de transporte usado para deslocamento até a RDS?
 - barcos
 - ônibus coletivo
 - bicicleta
 - carros

- a pé
- outros _____

5. Possui acesso à internet?
 - Sim
 - Não, _____
6. Qual a fonte de energia utilizada na sua residência? Existe algum problema em relação ao fornecimento? Alguma alternativa?

7. Ocorre separação de resíduos na sua residência? Fazem reuso de embalagens - potes, vidros, caixas etc (se sim, como?)

8. O lixo da moradia é descartado onde?
 - Coletado no domicílio por serviço de limpeza
 - Depositado em caçamba do serviço de limpeza
 - queimado na propriedade
 - enterrado na propriedade
 - jogado em terreno baldio, encosta ou área pública
 - outro destino _____
9. Praticam a compostagem?
 - Sim
 - Não
10. Durante a alta temporada, o tratamento de esgoto, água e coleta de lixo apresentam diferença no funcionamento?

- Não
- Sim _____
- _____
- _____
- _____

11. De onde vem os alimentos consumidos na RDS?

12. Sabe se existe alguma produção de alimentos na RDS? (temperos, frutas, verduras, hortaliças etc...) Sabem se existe algum uso de agrotóxico ou outras substâncias no cultivo?

Percepção Ambiental da área de estudo - *roda de conversa*

1. O que é uma área protegida? O que é uma RDS?
2. O que você considera como TBC? O que difere do turismo convencional?
3. O que você entende como sustentabilidade? e como desenvolvimento sustentável?
4. Na sua opinião, a implantação da RDS melhorou ou piorou?
5. Quais impactos ambientais decorrentes do turismo?
6. Quais são impactos sociais e culturais do turismo?
7. Como você acha que as dificuldades poderiam ser resolvidas (cursos, investimento, liberação de áreas (quais, pq)??
8. Que atividades poderiam ser realizadas/ melhoradas na comunidade?

8.2. Apêndice B – Segundo roteiro de entrevistas

Perfil

1. Nome _____.

2. É morador?

_____ Sim _____ Não

- veraneio
- tradicional

3. Sexo (M/F) _____

4. Você se considera:

- branco
- preto
- pardo
- indígena
- amarelo

5. Data de nascimento ou Idade em 2024? _____

6. Onde nasceu? _____

7. Escolaridade:

- fundamental completo/ incompleto - Sabe ler e escrever? _____
- ensino médio completo/ incompleto
- ensino superior completo/ incompleto
- pós graduação completo/ incompleto

8. Profissão _____

9. É morador desde quando? (nasceu aqui? Já morou em outro lugar e depois voltou?...) O que te levou a permanecer aqui? Comprar casa aqui? Visitar aqui?

Infraestrutura domicílios/ transporte/ Saneamento - (Entrevista por lote/moradia)

1. Qual a principal forma de abastecimento de água da sua casa? A captação é protegida?
 - ☐ Rede Geral de Distribuição
 - ☐ Poço profundo ou artesiano
 - ☐ Poço raso ou freático (até 20m)
 - ☐ Fonte, nascente ou mina
 - ☐ Carro-pipa
 - ☐ Água da chuva armazenada
 - ☐ Rios, açudes, córregos, lagos, igarapés
 - ☐ outros _____
2. A água é:
 - ☐ encanada na casa toda
 - ☐ encanada no terreno
 - ☐ não é encanada (baldes, garrafas, etc)
 - ☐ outros _____
3. Para onde vai a água dos sanitários ou buraco de dejetos?
 - ☐ Rede geral ou pluvial
 - ☐ Fossa séptica ou fossa filtro
 - ☐ Fossa Rudimentar ou buraco
 - ☐ Vala
 - ☐ Rios, córregos, mar
 - ☐ outros _____
4. Qual o meio de transporte usado para deslocamento até a RDS?
 - ☐ barcos
 - ☐ ônibus coletivo
 - ☐ bicicleta
 - ☐ carros
 - ☐ a pé
 - ☐ outros _____
5. Possui acesso à internet?
 - ☐ Sim

- ☐ Não, _____
6. Qual a fonte de energia utilizada na sua residência? Existe algum problema em relação ao fornecimento? Alguma alternativa?

 7. Ocorre separação de resíduos na sua residência? Fazem reuso de embalagens - potes, vidros, caixas etc (se sim, como?)

 8. O lixo da moradia é descartado onde?
 - ☐ Coletado no domicílio por serviço de limpeza
 - ☐ Depositado em caçamba do serviço de limpeza
 - ☐ queimado na propriedade
 - ☐ enterrado na propriedade
 - ☐ jogado em terreno baldio, encosta ou área pública
 - ☐ outro destino _____
 9. Praticam a compostagem?
 - ☐ Sim
 - ☐ Não
 10. Durante a alta temporada, o tratamento de esgoto, água e coleta de lixo apresentam diferença no funcionamento?
 - ☐ Não
 - ☐ Sim _____

11. De onde vem os alimentos consumidos na RDS?

11. Conhece alguma produção de alimentos na RDS? (temperos, frutas, verduras, hortaliças etc...) Sabem se existe algum uso de agrotóxico ou outras substâncias no cultivo?

Atividades/ Renda/ Turismo - P/ Pessoas que possuem moradia ou trabalham na RDS

1. Com o que você trabalha?

2. Qual lugar da Barra do Una você utiliza para realizar sua profissão/atividade? Por que?

3. Quando é que você trabalha mais realizando tais atividades? (Por exemplo, em casa de camping e restaurante abre durante a alta temporada, pescador diariamente, guia...)

4. Quais atividades e/ou serviços você oferece para o turista?

5. A mão de obra é familiar?

- a. Sim
- b. Não

6. Qual o valor aproximado de renda gerada pelo turismo?

- a. Até R\$706,00/mês
- b. Entre R\$706,00/mês a R\$1412,00/mês
- c. Acima de R\$1412,00/mês

7. A renda gerada é suficiente para o ano todo?

- a. Sim
- b. Não, como ganha dinheiro extra?

8. Você recebe auxílio do governo?

- a. Sim
- b. Não

9. Qual sua opinião sobre a organização do turismo na Barra do Una?

10. Quais dificuldades/pontos negativos sobre o turismo na Barra do Una?

11. Já participou de capacitação e eventos em atividades voltadas para o turismo?

- a. Sim
- b. Não

12. O que você acha que seria legal os turistas fazerem na comunidade?

13. Existe algum plano de gestão do turismo?

- a. Sim
- b. Não
- c. Não sei

14. Você participa de reuniões referentes à organização e gestão do turismo?

- a. Não
- b. Sim, com que frequência? _____

15. Qual a importância das reuniões para discussão sobre o turismo coletivamente, quais as dificuldades?

16. Você já se sentiu prejudicado por alguma decisão tomada?

17. Você sente que o turismo fortaleceu a cultura local? Se sim, por que?

18. Como você acha que seria bom acompanhar e avaliar como está o turismo?

19. Qual sua opinião sobre o turismo de base comunitária?

20. Há participação dos mais jovens em atividades turísticas?

- a. Sim
- b. Não

21. Quais são os efeitos do turismo no meio ambiente?

22. A comunidade tomou alguma ação para evitar ou reduzir os problemas causados pelo turismo?

23. Vocês informam os turistas a entenderem como cuidar do meio ambiente, incluindo o manejo do lixo e a preservação da natureza e dos animais?

24. Como você imagina seu filho no futuro? (caso o entrevistado tenha filhos)

Percepção Ambiental da área de estudo

1. O que é uma área protegida? O que é uma RDS?
2. O que você entende como sustentabilidade? e como desenvolvimento sustentável?
3. Na sua opinião, a implantação da RDS melhorou ou piorou?
4. Como você acha que as dificuldades poderiam ser resolvidas (cursos, investimento, liberação de áreas (quais, por que)?
5. Que atividades poderiam ser realizadas/ melhoradas na comunidade?

8.3. Termo de livre consentimento

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso: Sustentabilidade no turismo da
Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una

Pesquisadora – Laura Brandão Sader

Orientador responsável - Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo e-mail:

laura.sader@unesp.br e davis.sansolo@unesp.br

Justificativa e objetivos: A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Barra do Una faz parte do Mosaico de Unidades de Conservação de Jureia-Itatins, responsável pela proteção de um dos maiores trechos de mata atlântica remanescente, tendo como objetivo a proteção do patrimônio natural. Atualmente, o Turismo de Base Comunitária (TBC) é reconhecido como uma modalidade que pode desempenhar um papel significativo no fomento do desenvolvimento sustentável em nível local. Esta prática tem o potencial de englobar aspectos econômicos, culturais e políticos locais, além de proporcionar benefícios ambientais e sociais. Entretanto, é possível identificar uma série de desafios, especialmente quando confrontados com as práticas do turismo convencional. Diante desse cenário, o propósito do estudo consiste em caracterizar tanto o Turismo de Base Comunitária quanto o Turismo de massa, com uma análise voltada para a sustentabilidade. Prevê-se que por meio da análise da percepção ambiental e social da comunidade, sejam apresentados os principais riscos e preocupações pertinentes à sustentabilidade do turismo. A identificação e esclarecimento de questões propiciarão uma oportunidade para o debate acerca de soluções viáveis, contribuindo assim para o aprimoramento da qualidade de vida da comunidade.

Procedimentos: Serão realizadas oficinas com entrevistas curtas (cerca de 30 minutos) sobre as condições socioeconômicas e sobre a percepção ambiental dos moradores e gestores da reserva. As atividades serão fotografadas e gravadas, então, as informações serão utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa. Pedimos também permissão para a divulgação dos resultados, por período indeterminado, em artigos científicos, capítulos de livros, periódicos e outros meios de comunicação científica.

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que ficará com você e outra com a pesquisadora.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

() NÃO CONCORDO em participar do presente estudo.

() CONCORDO em participar do presente estudo, porém NÃO AUTORIZO a publicação das fotografias - em que eu estiver presente - para publicação em plataformas de internet ou para outros fins, devendo a mesma ser descartada ao final da pesquisa.

() CONCORDO em participar do presente estudo e AUTORIZO a título gratuito, em caráter universal, total, definitivo, irrevogável e irretratável, obrigando-se por si e seus herdeiros a qualquer título, a utilização de minha imagem para divulgação nas plataformas e entidades estipuladas pela equipe do projeto, sendo necessário meu consentimento a cada nova pesquisa, que deverá ser aprovada pelo CEP institucional.

- O entrevistado possui o direito de se retirar do estudo a qualquer momento durante sua participação.
- Informações nominais não serão divulgadas.

Desconfortos e riscos: Os desconfortos ou riscos envolvidos podem ser: ocupação do seu tempo e cansaço a depender da duração das atividades. Poderá também sofrer riscos de pequenos acidentes durante as atividades de campo, e desconfortos como picadas de insetos e exposição solar.

Benefícios: os participantes serão os protagonistas no planejamento participativo, podendo expressar ideais e opiniões sobre o seu território.

Acompanhamento e assistência: após o término da pesquisa, os resultados serão disponibilizados diretamente ao senhor ou senhora, para que possa ter acesso irrestrito e imediato.

Ressarcimento e indenização: a participação no projeto é voluntária, ninguém será obrigado a participar. Caso opte por participar receberá o agradecimento da equipe.

Contato: Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato com Davis Gruber Sansolo, professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade de Ambientes Costeiros, no Instituto de Biociências do campus Litoral Paulista - PPGBAC - IB/CLP - Praça Infante Dom Henrique, s/n - Parque Bitaru, São Vicente - SP, CEP 11330-900, telefone (13) 3569-7100; e-mail: davis.sansolo@unesp.br

Em caso de dúvidas ou reclamações sobre sua participação no estudo, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Reitoria da UNESP - Rua Quirino de Andrade, 215 - Centro - São Paulo/SP- CEP 01049-010.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) tem o papel de avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre protetores dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Consentimento livre e esclarecido: Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar declarar estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do participante:

Data: __/__/__

(Assinatura do participantes ou nome e assinatura do responsável)

Responsabilidade do pesquisador: asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante informe o que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme consentimento dado pelo participante.

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Data: / /

PARECER FINAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Discente: LAURA BRANDÃO SADER

Título: "A Sustentabilidade do turismo de base comunitária na RDS Barra do Una, Peruíbe, SP"

Orientador: Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Curso/Habilitação: Bacharelado em Ciências Biológicas/Biologia Marinha

COMISSÃO EXAMINADORA	CONCEITO
Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo	APROVADA
MSC. Francini de Oliveira Garcia	APROVADA

PARECER:

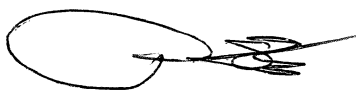
CONCEITO FINAL:

A Comissão Examinadora abaixo assinada conclui que a discente **Laura Brandão Sader** obteve o seguinte conceito:

☒ APROVADO

☐ REPROVADO

São Vicente, 13 de dezembro de 2024.



Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo



MSC. Francini de Oliveira Garcia